



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

# **ATA**

## **306ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

**Brasília/DF, 21 de agosto de 2024**

## ATA DA 306ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 21 de agosto de 2024

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b>	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b>
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antônio Bortoloso
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	UGT - Aparecido Alves Tenório
SRGPS/MPS – Alessandro Pereira Lordêllo	CUT - Ari Aloraldo do Nascimento
CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva	CONTAG – Edjane Rodrigues Silva
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	CTB – Rolando Medeiros
SRPC/MPS – Tito Calvo Jacheli	
SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	

<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b>	<b>Representantes dos Empregadores</b>
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNI – Eduardo Monte Jorge Hey Martins
CSB – José Avelino Pereira	CNA – Luiz Fabiano de Oliveira Rosa
COBAP – Obede Muniz Teodoro	
SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	

<b>Palestrante/Convidado</b>
MPS – Patrick Barcellos

<b>Ouvinte/Convidado</b>
Secretaria-Executiva – Vanderleia Mesquita da Silva Santos
Secretaria-Executiva – Taynara Martins Cardoso
Cerimonial – Cícero Laureano
RDK – Andressa Guimarães
RDK – Igor dos Santos
INSS – Vanderlei Barbosa
INSS – Débora Andrade Floriano
INSS – Omar Ney Nogueira Moraes
Valor Econômico – Jéssica Sant’Ana
CNF/FEBRABRAN/ABBC – Paulo
ASCOM/MPS – Lucas Eduardo Oliveira

CUT – Eficem Neto

MPS – Thiago Veras

MPS – Renata Brumano

MPS/CGLN – Avelina Alves

Rodrigo Garrido

Mário Rattes

## I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 306ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Retirou a aprovação da ata da 305ª Reunião Ordinária de pauta devido à indisponibilidade de tempo para análise desde o envio do documento aos conselheiros. Subsequentemente, informou sobre a presença do Sr. Ari Aloraldo do Nascimento, representante titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que estava participando de sua primeira reunião, deu as boas-vindas ao Sr. Eduardo Monte Jorge Hey Martins, representante titular da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), e anunciou a indicação do Sr. Rodrigo Garrido, que ainda não havia sido formalizada. Registrou também a presença da Sra. Débora Andrade Floriano, Diretora de Orçamento, Finanças e Logística, como representante do INSS, e do Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (DIRBEN), Sr. Vanderlei Barbosa, anunciando sua felicidade tanto em recebê-lo na reunião quanto pelo cargo que tinha assumido recentemente.

## II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Projeto de Lei Orçamentária Anual da Previdência Social – PLOA 2025. Com a palavra, o **Sr. Patrick Barcellos** iniciou apresentando os conceitos que embasaram a Lei Orçamentária Anual – LOA e o PLOA, destacando o referencial monetário, valor que o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) disponibiliza a cada órgão para elaboração da respectiva PLOA. Sobre as despesas discricionárias, apontou que o referencial da administração direta aumentou devido à demanda do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), onde havia uma fila com mais de 1,1 milhão de recursos administrativos a serem julgados, o que também demanda mais pagamentos de jetons aos conselheiros para a análise dos processos. Tratou do aumento no aporte para a Administração Central, em decorrência dos valores repassados à área de Tecnologia da Informação. O **Sr. Presidente** questionou se havia sido feito o comparativo entre os valores de 2024 e a previsão para 2025, ao que o **Sr. Patrick Barcellos** disse que não, mas que os valores para os regimes de previdência e perícia médica federal, especificamente para diárias e passagens de peritos, foram mantidos conforme o solicitado no ano anterior, apesar do valor efetivamente recebido ter sido metade do requisitado. A seguir, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** perguntou qual era o valor da remuneração por processo julgado, ao que o **Sr. Patrick Barcellos** informou que em torno de R\$ 58,00 no CRPS, reiterando que os processos em questão estão estocados e que o fluxo anual é de cerca de 1 milhão de processos, ao que o **Sr. Presidente** somou que o estoque chegou à marca de 4 milhões de processos em espera, dizendo estar impressionado com o resultado atingido e registrando a gratidão e o reconhecimento ao trabalho do Sr. Adroaldo da Cunha Portal. Dando continuidade, o **Sr. Patrick Barcellos** falou sobre a luta para recompor o orçamento necessário para combate à fila de processos e o **Sr. Presidente** tratou a redução do tempo de espera para análise dos processos como principal fator indicativo da eficácia da gestão. Afirmou que, em comparação com o final de 2022, à data, o tempo de espera está um terço menor, caindo de 161 para 36 dias, em média, e almejando os 30 dias. Retomando a apresentação, o **Sr. Patrick Barcellos** mencionou que foi solicitado para a Administração Central, em 2024, o valor de R\$ 88 milhões e recebidos R\$ 68 milhões, sendo que, para 2025, serão solicitados R\$ 109 milhões, que deve abranger a realização de um concurso para peritos médicos. Anunciou que o valor total do PLOA 2025 era de R\$ 188 milhões. Ato seguinte, a **Sra. Débora Andrade Floriano** falou do PLOA 2025 do INSS a partir da retração orçamentária

36 histórica da Pasta. Disse que o orçamento do INSS foi pensado para manutenção dessa infraestrutura já existente e  
37 apresentou o comparativo das despesas discricionárias entre 2021 e o projeto para 2025, cujo valor necessário seria de  
38 R\$ 2,4 bilhões e o referencial era de R\$ 1,9 bilhão. Apontou o funcionamento das unidades do INSS como principal fonte  
39 de gastos e falou sobre a distribuição entre as ações orçamentárias, elaborada após o recebimento do referencial  
40 monetário. Disse que, diante do valor referencial, a maioria das ações precisou acolher uma retração expressiva, com  
41 ênfase na ação 2292 – Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários, cuja necessidade era de R\$ 504  
42 milhões e o referencial permitiu apenas R\$ 195 milhões, e na ação 21FT – Atendimento da Clientela Previdenciária, que  
43 sofreu redução de R\$ 1,664 bilhão para R\$ 1,503 bilhão. Iniciadas as colaborações, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti**  
44 se disse preocupada com a retração orçamentária, afirmando que é contrária ao discurso do Governo e parabenizando o  
45 trabalho desenvolvido, apesar das limitações. Questionou se o CNPS teria algum mecanismo para ajudar o INSS a ampliar  
46 o orçamento, com o que o **Sr. Presidente** concordou e insistiu que é preciso debater o papel da Previdência Social com a  
47 população, no sentido de tratá-la não como despesa, mas como investimento, dada a abrangência dos benefícios e o seu  
48 impacto na economia. Lembrou da economia gerada a partir da redução do tempo de espera nas filas da perícia médica,  
49 do iminente processo de revisão dos benefícios e do combate às irregularidades. A seguir, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini**  
50 **Galleti** perguntou quais ações poderiam ser tomadas imediatamente para ajudar no orçamento do INSS, enquanto a  
51 conscientização da sociedade não progredia, questionando, ainda, se seria possível aprovar o valor orçamentário  
52 necessário com uma ressalva ou recomendação, não o referencial. Em resposta, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explicou  
53 que os rituais do processo de planejamento do PLOA devem ser seguidos e relatou que, caso o INSS não faça a alocação  
54 do recurso dentre as ações orçamentárias, outros órgãos fariam, ao que a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** se colocou  
55 como desconfortável em aprovar um orçamento que é sabido ser insuficiente. Então, o **Sr. Patrick Barcellos** propôs  
56 encaminhar a proposta com o valor referencial somado aos R\$ 545 milhões retirados do orçamento necessário. O **Sr.**  
57 **Adroaldo da Cunha Portal** acrescentou que o Conselho é soberano para recomendar o que julgar mais adequado e a **Sra.**  
58 **Débora Andrade Floriano** complementou que, quando a necessidade é registrada dentro do referencial, a informação fica  
59 gravada no sistema de captação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Em seguida, o **Sr. Adroaldo da Cunha**  
60 **Portal** disse que a elaboração e execução do orçamento é um processo dividido em etapas, indicando que o PLOA ainda  
61 pode sofrer mais modificações, inclusive a suplementação de recursos durante a execução orçamentária. O **Sr. Presidente**  
62 registrou a necessidade de se destacar os ganhos gerados pela Pasta para o Governo, inclusive através da melhoria dos  
63 serviços prestados. Após, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** retomou que a guerra por orçamento é constante e que o  
64 debate político qualificado acerca do tema deve ser abordado tanto no CNPS quanto nos demais Ministérios e no  
65 Parlamento. Perguntou sobre o contencioso histórico e declarou que é preciso encarar a realidade orçamentária, não  
66 planejar as ações com base em ideais e complementações de recursos. Retomando a apresentação, a **Sra. Débora Andrade**  
67 **Floriano** tratou das despesas obrigatórias, comparando que o executado em 2023 foi de R\$ 839 bilhões, o projetado até  
68 agosto para 2024 foi R\$ 898 bilhões e o estimado para 2025 foi R\$ 964 bilhões, com variação de 4,91% entre 2024 e 2025.  
69 Destacou os impactos das medidas de gestão no orçamento, principalmente no ano de 2024, que foi transitório, mas  
70 apontou para uma tendência de estabilidade em 2025. Sobre a aferição de receitas próprias, indicou que o projetado

71 proveniente do Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS) para 2024 era de R\$ 666 milhões, enquanto para  
72 2025 era de R\$ 545 milhões e, já no INSS, era de R\$ 7,2 bilhões e R\$ 8 bilhões, respectivamente. Assim sendo, apontou o  
73 contrassenso entre a despesa discricionária, no valor de R\$ 2,4 bilhões, e a receita própria estimada, de R\$ 8,5 bilhões,  
74 indicando que as receitas também impactam positivamente no orçamento do país, o que deve ser considerado. Resumiu  
75 que, em 2025, a estimativa de receita própria não aplicada no INSS somava R\$ 6,6 bilhões. A respeito da projeção das  
76 despesas obrigatórias, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** explicou que estava pautada nos resultados executados e  
77 projetados de 2024 e falou sobre os fatores que levam ao aumento das despesas, desde o crescimento do número de  
78 beneficiários até a redução do represamento das perícias e processos. Indicou a otimização dos gastos através da redução  
79 da duração média dos benefícios de auxílio-doença, por exemplo, cujos patamares voltaram aos vistos em 2014. Disse que  
80 houve um pico de despesas no primeiro semestre de 2024, mas que à data uma queda já era observada, tanto por causa  
81 da redução da fila quanto pela revisão dos benefícios, que estava em fase inicial. Ato contínuo, o **Sr. Paulo Roberto** falou  
82 sobre o critério de reciprocidade na compensação, que estava sendo desenvolvido, e lembrou que o orçamento de 2024  
83 também apresentou uma ressalva, ao que o **Sr. Presidente** acrescentou que seria preciso registrar, ainda, a economia  
84 concreta gerada aos cofres públicos. Após, o **Sr. Rolando Medeiros** citou o valor de receita própria não aplicada no INSS  
85 e pediu que os principais pontos fossem listados para facilitar o entendimento da economia gerada pela gestão. Já a **Sra.**  
86 **Tônia Andrea Inocentini Galleti** julgou que a ressalva feita no orçamento de 2024 não surtiu o efeito almejado e sugeriu  
87 a elaboração de uma recomendação do Conselho para o Legislativo e o Executivo, no sentido de observar a qualificação  
88 dos gastos. A seguir, o **Sr. Gerson Maia** elogiou a discussão, analisou que, comparados os dados de 2022 e 2025, o cenário  
89 da economia parece ser o de deflação e insistiu que o CNPS precisa se posicionar diante da restrição orçamentária. Dando  
90 prosseguimento, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso** pediu esclarecimentos sobre a receita própria não aplicada, ao que a **Sra.**  
91 **Débora Andrade Floriano** respondeu que cerca de 95% da receita da Pasta é proveniente do pregão da folha e o **Sr.**  
92 **Presidente** informou que, para as novas folhas de pagamento de 2025, seria iniciado um leilão, equivalente a, em média,  
93 500 mil novos beneficiários por ano. O **Sr. Hélio Queiroz da Silva** indagou se havia déficit ou superávit na Previdência e,  
94 em resposta, o **Sr. Presidente** disse que depende da forma de análise, pendendo para o superávit, e listou ações  
95 necessárias para aumentar a arrecadação, como o fim de isenções indevidas. O **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** comentou  
96 que a Previdência Pública foi estabelecida no modelo solidário, preocupando-se com a proteção social e sem isentar o  
97 Estado, principalmente diante dos reflexos das políticas instituídas pelo próprio governo. Ato seguinte, a **Sra. Débora**  
98 **Andrade Floriano** explicou que receita própria não significa orçamento e que o limite das despesas dos órgãos é a Lei  
99 Orçamentária Anual, não a arrecadação. Então, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** apresentou a Resolução Orçamentária  
100 para o exercício de 2024, como base para a redação da Resolução atual. O Conselheiro **Rolando Medeiros** sugeriu, e foi  
101 aprovado por unanimidade, a exigência de nível superior para o ingresso por concurso público no cargo de Técnico do  
102 Seguro Social, da Carreira do Seguro Social no quadro do INSS. O **Sr. Presidente** sugeriu acréscimo da informação a respeito  
103 da necessidade de concurso público para nível superior no Artigo 4º do texto da Resolução que aborda a questão. Após, o  
104 **Sr. Benedito Adalberto Brunca** reiterou que o Artigo 5º falava sobre os recursos da arrecadação própria e declarou que o  
105 esforço da administração para economizar dinheiro deveria ser apresentado no relatório bimestral ou em forma de

106 moção. O **Sr. Presidente** sugeriu marcar uma reunião para tratar exclusivamente desta pauta e suas vertentes e o **Sr. Ari**  
107 **Aloraldo do Nascimento** pediu que fosse debatido também o regime do Microempreendedor Individual – MEI e os  
108 aplicativos de arrecadação de impostos, indicando que os Conselheiros precisam ser capacitados para que o debate seja  
109 qualificado e para que utilizem as informações no dia a dia. A seguir, o **Sr. Rolando Medeiros** apontou renúncia de  
110 arrecadação do INSS em 2024 em relação a 2023, o que precisa ser considerado. Por fim, o **Sr. Sr. Benedito Adalberto**  
111 **Brunca** fez a leitura da Resolução Orçamentária para 2025, a saber: *“Artigo 1º - Aprovar os limites de proposta*  
112 *orçamentária da Previdência Social para o exercício 2025, submetido à apreciação do Conselho Nacional de Previdência*  
113 *Social, relativo às despesas obrigatórias do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, bem como os limites*  
114 *estabelecidos para despesas discricionárias, a serem enviados à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do*  
115 *Planejamento e Orçamento. Artigo 2º - Registrar que as despesas discricionárias foram aprovadas no valor de R\$ 1,9 bilhão*  
116 *previsto para o INSS e de R\$ 188 milhões previstos para o Ministério da Previdência Social, sem prejuízo de tratativas para*  
117 *suplementação no decorrer do próximo ano, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras. Artigo 3º -*  
118 *Apontar que serão necessárias para as despesas discricionárias a suplementação de R\$ 545 milhões para o INSS, com vistas*  
119 *a garantir o regular funcionamento operacional e a efetiva prestação de serviços da Previdência Social. Artigo 4º -*  
120 *Recomendar que a receita própria arrecadada pelo INSS possa ser destinada na Lei Orçamentária Anual ao custeio das*  
121 *atividades operacionais, prioritariamente na melhoria das unidades, dos sistemas e dos atendimentos prestados aos*  
122 *segurados e beneficiários. Artigo 5º - Consignar a necessidade de realização de concurso público para a contratação de*  
123 *servidores de carreira do Seguro Social de técnicos e analistas de nível superior e de servidores da carreira de perito médico*  
124 *federal para garantir.”* O **Sr. Presidente** insistiu que a melhoria dos resultados apresentados fosse acrescida no Artigo 3º  
125 e encaminhou para a votação o Projeto de Lei Orçamentária Anual, que foi aprovado com o texto e alterações propostas  
126 pela unanimidade dos presentes, com os votos dos seguintes conselheiros: Sr. Obede Muniz Teodoro, Sra. Tônia Andrea  
127 Inocentini Galleti, Sr. Gerson Maia, Sra. Edjane Rodrigues Silva, Sr. Ari Aloraldo do Nascimento, Sr. Odair Antônio  
128 Bortoloso, Sr. Benedito Adalberto Brunca, Sr. Adroaldo da Cunha Portal, Sr. Vanderlei Barbosa, Sr. Paulo Roberto dos  
129 Santos Pinto, Sr. Felipe Cavalcante e Silva, Sr. Hélio Queiroz da Silva, Sr. Eduardo Monte Jorge Hey Martins, Sr. Luiz Fabiano  
130 de Oliveira Rosa e do Presidente Carlos Roberto Lupi. Ato seguinte, o **Sr. Presidente** despediu-se e foi substituído na  
131 Presidência da reunião pelo senhor **Adroaldo Cunha Portal** e foi instaurado o segundo item de pauta: Novo Programa de  
132 Gestão e Desempenho da Perícia Médica Federal (PGDPMF). Com a palavra, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** falou que o  
133 PGDPMF entraria em vigor em 1º de setembro e o prazo de adesão tinha se encerrado em 16 de agosto, sendo que 90%  
134 da categoria optou pelo plano. Lembrou severa crítica no Acórdão 520/2024 pelo Tribunal de Contas da União (TCU),  
135 determinando sua revisão, esclarecendo que todo PGD tem como premissa trocar a carga horária pelo aumento da  
136 produtividade e elencando brevemente os motivos para tal decisão, iniciando com a pontuação do faltoso, quando o  
137 médico recebia mesmo com a ausência do periciando. Mencionou que 20% das pessoas faltam às perícias médicas,  
138 apontando como razões a longa espera pelo agendamento e a má distribuição dos peritos pelo país. Explicou que, com o  
139 novo PGD, os médicos precisariam desempenhar outras funções durante os períodos vagos, como atendimento da agenda  
140 de peritos ausentes ou análises documentais. Ato contínuo, o **Sr. Felipe Cavalcante e Silva** assumiu a palavra para dizer

que a ANMP faz uma campanha midiática de desinformação e que os requisitos e consequências das greves estão previstas em Lei. Arrazoou que o objetivo era cumprir o que está disposto em Lei e aplicar multa de R\$ 500 mil reais à Associação, caso a greve seja declarada ilícita. Continuamente, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** lembrou que o direito à greve é constitucionalmente assegurado, mas que é regida por Lei e tem limitações, e definiu a greve como sendo contra o TCU, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), não em prol dos interesses da categoria. Endossou como legítima a pauta dos servidores do INSS, que negociam e lutam por questões não relacionadas ao reajuste salarial, uma vez que o atual governo já estava reajustando os salários de todos os funcionários públicos federais. Defendeu as mesas de negociação, que estavam sendo implementadas pelo Governo, afirmando que negociações sobre carreiras não são definidas através de greves. Concluiu lembrando que a política da atual gestão era de recomposição da qualidade do quadro do serviço público e que os novos concursos aumentariam a capacidade operacional de análise e melhorariam o atendimento nas Agências. Dando prosseguimento, o **Sr. Rolando Medeiros**, enquanto sindicalista, posicionou-se como solidário às greves legítimas, relatando, inclusive, estar em greve no momento e a redução salarial que sofreria em decorrência dela. Criticou a relação do Governo com a Associação Nacional dos Médicos Peritos e reconheceu o limite orçamentário do Governo. Porém, apontou que, quando quer, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva faz. Retomou que as reivindicações da greve de 2022 foram em prol da segurança para os servidores do INSS, no sentido do fortalecimento da carreira e da valorização inicial do concursado. Afirmou que, à data, o INSS não aplicava o acordo de 2022 em sua totalidade, exemplificando com o desconto dos dias de greve, ao contrário do que foi assinado. Reiterou que a categoria tem direito de cobrar o cumprimento do acordo feito, mesmo que fracionado, e que a greve pode terminar sem desmoralização de nenhuma das partes, sem aumentar novamente o tempo de espera na fila nem descontar o salário dos profissionais. Lembrou dos sete anos que a categoria ficou sem receber ajuste salarial, pediu ajuda do Ministro e indicou os reajustes atuais como resultados da greve. Em seguida, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** divergiu do argumento de que os reajustes foram resultantes de greves e afirmou que é possível negociar sem greves. Lembrou que o Estado também é responsabilizado se não entrega algum serviço e declarou que o Presidente da República, embora possa muito, não pode tudo. Reiterou que a carreira do INSS precisa ser valorizada, sendo o cidadão a figura central do debate, e disse que é preciso buscar um entendimento de que as mudanças não são imediatas e que a negociação deve ser pactuada. Arrazoou não estar apto a debater o acordo de greve supramencionado e destacou que tais acordos não estavam acima da Lei e poderiam ser revistos por ambos os lados, por serem soluções momentâneas cuja validade, de acordo com a legislação trabalhista, é de dois anos. Após, o **Sr. Vanderlei Barbosa** agradeceu o acolhimento em sua primeira reunião do CNPS, cumprimentou a todos e registrou que a administração do INSS fez tudo o que estava a seu alcance para que o sistema previdenciário continuasse pujante, por entender que a Previdência é um dos pilares da sociedade brasileira. Sobre o PGD, destacou sua relevância, os impactos que deve gerar em prol da sociedade e disse que se trata de um ato de gestão que incrementa a força de trabalho sem gerar custos. Parabenizou o esforço, a coragem e o empenho dedicados ao PGD e falou sobre a importância do debate.

### III – ENCERRAMENTO



175 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** deu por encerrada a 306ª  
176 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado,  
177 eu, Thalyta Caroline, Secretária-Executiva do CNPS, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será aprovada  
178 pelo Colegiado. Brasília, 21 de agosto de 2024.